

# Opções para a Acção

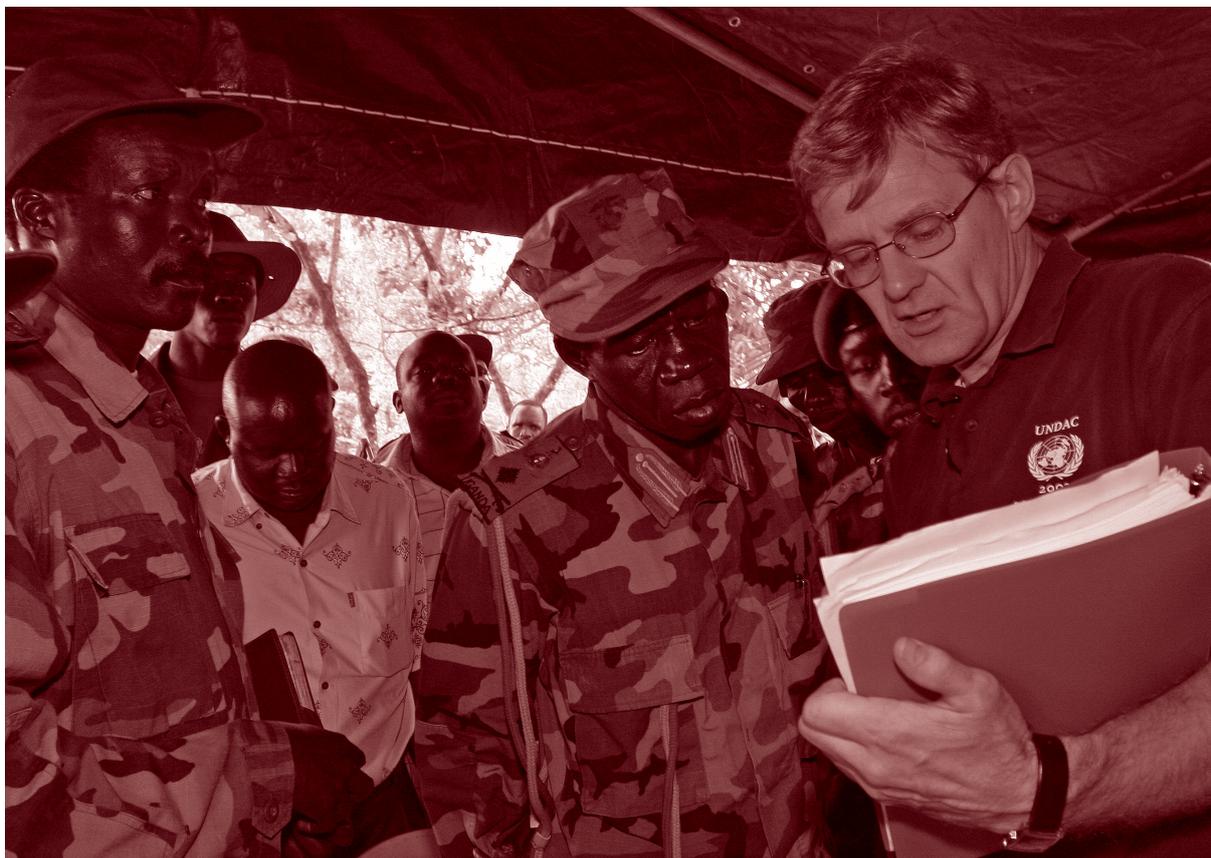
## GRUPOS ARMADOS E NORMAS HUMANITÁRIAS

Nos últimos anos, um número crescente de agentes humanitários tem sensibilizado grupos armados relativamente ao respeito pelas normas internacionais. Estes trabalhos têm contribuído para que diversos grupos armados tomem medidas relacionadas com os assuntos humanitários, implicando a facilitação do acesso da ajuda às populações afectadas por conflitos armados, o banimento das minas antipessoais e a abdição do recrutamento e emprego de crianças.

Em contraposição, o diálogo com os grupos armados sobre os problemas específicos das armas leves limita-se basicamente a conversações sobre paz e desarmamento, sobre a desmobilização e sobre os programas de reintegração. Tais enfoques na fase de pós-conflito não abrangem uma grande parte do problema: os grupos armados são factores chave nos mais importantes conflitos armados, muitos dos quais de natureza duradoura. Como tal, o modo como eles regularizam – ou a falta de regularização – o emprego e o manejo de armas leves pelos seus combatentes pode diminuir ou incitar a violência contra os civis. A regulamentação pode assim ter influência sobre os incidentes casuais, causados por acidente no uso de armas leves e sobre as condições que possibilitam as explosões de depósito de munição. Por outras palavras, o diálogo com os grupos armados sobre o problema de armas leves durante a fase de conflito pode ajudar a salvar a vida de civis.

**Os grupos armados nem sempre dispõem de meios e conhecimentos para salvaguardar os depósitos de munição de acordo com as normas.**

Esboço feito a partir de lições assimiladas pelos agentes humanitários, bem como um exame de mais de 50 declarações unilaterais, acordos bilaterais e regulamentos internos adoptados por grupos armados existentes ao longo da história e activos, este capítulo, subvencionado pela organização humanitária Geneva Call, identifica várias áreas com um potencial de envolvimento no âmbito das armas leves. As principais conclusões incluem:



Joseph Kony (esquerda) líder do Exército de Resistência do Senhor e o seu vice, o comandante Vincent Otti (centro) encontram-se com o chefe dos Assuntos Humanitários da UN Jan Egeland (direita), Novembro de 2006. © Stuart Price/AFP representante

- Vários grupos armados têm tomado medidas em direcção a assuntos humanitários, implicando a facilitação do acesso de ajuda às populações afectadas por conflitos armados, banindo as minas antipessoais e abdicando do recrutamento e emprego de crianças.
- Os agentes humanitários exercem um papel importante, realizando e colocando em prática compromissos humanitários assumidos por grupos armados, especialmente pelo fornecimento de apoio para a implementação e fiscalização da observância destes compromissos.
- A proibição do uso indiscriminado e do manuseio inseguro de armas leves, que estão entre as medidas direccionadas aos grupos armados, podem levar a uma redução do impacto destas armas na população civil.
- É especialmente importante a sensibilização dos grupos armados sobre o emprego de armas de interesse específico, tais como os mísseis superfície-ar e as armas de fogo indirectas.
- A manutenção dos depósitos de munições de grupos armados longe das zonas de moradia civis e a segurança contra roubo, pode reduzir as ameaças à segurança apresentadas pela munição instável e limitar os riscos de promover a proliferação de armas.



Depósito de munição em Puntland, Somália. As peças foram destruídas em 2009 com o apoio do Grupo Mines Advisory. © Geneva Call 2007

Progressos recentemente alcançados no compromisso humanitário dos grupos armados levou analistas e profissionais a apelar por uma grande pesquisa sobre a viabilidade do envolvimento dos grupos armados em relação aos problemas das armas leves. Tal diálogo teria como propósito assegurar o uso, o armazenamento e o controlo de armas leves por parte dos grupos armados para que estes aconteçam de acordo com as leis humanitárias internacionais, com as leis internacionais dos direitos humanos e outros padrões apropriados.

Entre as oportunidades mais promissoras para o comprometimento dos grupos estão as proibições e outras medidas de precauções, para abrandar o uso indiscriminado de armas leves pelos membros do grupo. Um bom potencial possui a proibição e restrição do uso de armas específicas de interesse, como os mísseis de superfície-ar e armas de fogo indirectas. Igualmente importantes são as medidas básicas para a redução da ameaça à população civil causadas pelos depósitos de armas leves dos grupos armados. Manter uma distância mínima entre os depósitos e as zonas de moradia de civis pode ajudar a reduzir tanto os riscos de explosão causados por ataques inimigos, assim como aquelas provocadas incidentalmente por munições instáveis. Experiências recentes mostram que é possível uma fiscalização externa destas medidas.

Outras oportunidades de colaboração podem ser apropriadas e praticáveis somente em circunstâncias excepcionais. O fomento do respeito pelos padrões de controlo internacionais em grupos armados, apesar de serem implementados por autoridades de facto, tal como a Somalilândia, pode motivar fortes objecções dos Estados afectados. O fornecimento de técnicas de treino para grupos armados para promover a segurança no manuseio de armas e nas práticas de armazenamento, apesar de útil na redução de acidentes e da proliferação de armas, pode encontrar uma oposição dos estados atingidos sob a alegação de que estas medidas equivaleriam a um treino militar. Além disto, na maioria das vezes, os grupos armados mantêm segredo sobre os seus procedimentos de administração de armas, graças à utilidade militar em potencial que este tipo de informação proporciona ao inimigo. Parece portanto que o comprometimento com estas questões terá que se limitar a um aumento da consciencialização da importância das normas técnicas e leis de direitos humanos, com poucas oportunidades de ser levado adiante.

Como a experiência tem mostrado, os agentes humanitários podem exercer um papel importante para influenciar o comportamento de grupos armados durante os conflitos. Estes esforços têm, de qualquer forma, ignorado amplamente a ameaça que os arsenais de munição para armas leves dos grupos armados representam. O relatório de Maio de 2009 do Secretário-geral das Nações Unidas sobre a protecção da população civil em conflitos armados causou uma forte reacção internacional a favor do envolvimento dos grupos armados nas questões humanitárias. O tempo parece promissor, portanto, para a comunidade internacional procurar um maior envolvimento dos grupos armados com a questão das armas leves. ▀